

ACTA N.º 17/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 03.AGOSTO.2010

----- Aos três dias do mês de Agosto de dois mil e dez, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência da sua Vice-Presidente, senhora Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, e com a presença dos Vereadores senhores Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém e António Henrique Fernandes Cruz.-----

----- Pelas 14.30 horas a senhora Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- Faltaram o senhor Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e os Vereadores senhores Manuel Artur de Almeida Miler e Susana Andrea Oliveira e Silva.-----

----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- Nada a registar.-----

----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

----- 01. ACTA:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a acta número 16/2010, relativa à reunião ordinária de 20 de Julho último.-----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la.

----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- Nada a registar.-----

----- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 144, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €979.338,50 (novecentos e setenta e nove mil trezentos e trinta e oito euros e cinquenta cêntimos) correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €349.534,69 (trezentos e quarenta e nove mil quinhentos e trinta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos) e €629.803,81 (seiscentos e vinte e nove mil oitocentos e três euros e oitenta e um cêntimos).----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 13.ª ALTERAÇÃO:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a 13.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projectos/acções a alterar, da qual resulta a diminuição da dotação global definida no valor de €23.300,00 (vinte e três mil e trezentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

03.08.2010

-----05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 14.ª ALTERAÇÃO: -----

-----Foi presente a 14.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €56.100,00 (cinquenta e seis mil e cem euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

-----06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM:-----

-----Foi seguidamente presente à consideração da Câmara a seguinte informação da DAGF: -----

-----“A lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, estabelece no seu art.º 106º que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma **taxa municipal de direitos de passagem** (TMDP).-----

-----A taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em local fixo, para todos os clientes finais do Município (al. b), n.º2, art.º 106º). -----

-----Nos Municípios em que seja cobrada a TMDP, aquelas empresas incluem nas facturas dos clientes finais, de forma expressa, o valor da taxa a pagar (n.º 3, art.º 106º).-----

-----O percentual referido não pode ultrapassar 0,25%. Todavia, pela circular n.º 41/2004, de 9 de Março, a Associação Nacional de Municípios sugere que o percentual em causa seja fixado no seu valor máximo.-----

-----Aquele percentual é aprovado anualmente pelo Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência. -----

-----Esta taxa tem por objectivo, como se pode depreender da leitura das normas atrás citadas, compensar o Município pela concessão do direito de passagem no domínio público e privado municipal às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações. Porém, o dever de efectuar o pagamento da prestação correspondente recai sobre o cliente final, que passa assim a figurar nesta relação como sujeito passivo. -----

-----No âmbito da relação tributária, o elemento fundamental que distingue o imposto da taxa "é a existência ou inexistência de uma contraprestação por parte do sujeito activo da respectiva relação, é o carácter unilateral do imposto e a natureza bilateral da taxa, os quais resultam de, num caso, o facto gerador do tributo consistir na mera revelação de determinada capacidade contributiva, e, no outro, de tal facto se traduzir numa

03.08.2010

ocorrência directamente ligada a uma actividade específica do sujeito activo, de que beneficia individualmente o sujeito passivo" (António Brás Teixeira, Princípios de Direito Fiscal, Vol. I, 3a edição, Almedina, Coimbra, pag. 43). -----

----- No caso posto o direito de passagem é concedido às empresas concessionárias. Ora, não beneficiando os clientes finais dos serviços de comunicações de qualquer contraprestação por parte do Município, parece-nos que a taxa em questão, dada a sua unilateralidade, consubstancia um verdadeiro imposto. -----

----- Contudo, se a Câmara entender de modo diferente, informa-se que cabe à Assembleia Municipal, sob proposta daquela, fixar o percentual da taxa a aplicar, nos termos do disposto na al. e), n.º 2, art.º 53.º, da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro." -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, não propor a fixação da referida taxa municipal de direitos de passagem para o ano em curso, dando conta desta decisão à Assembleia Municipal. -----

----- 07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - FIXAÇÃO DA TAXA: -----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- "As taxas do imposto municipal sobre imóveis fixadas no art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, são as seguintes:

- a) Prédios rústicos - 0,8%; -----
- b) Prédios urbanos - 0,4% a 0,8%; -----
- c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI - 0,2% a 0,5%; -----

----- Estabelece o nº 4 do citado artigo que o Município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixa, em relação aos prédios urbanos, a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do parágrafo anterior. -----

----- A partir da entrada em vigor do CIMI o Município fixou aquelas taxas em 0,6% e 0,35%, respectivamente. -----

----- A deliberação deverá ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até 30 de Novembro, para vigorar no ano seguinte, sob pena de serem aplicadas as taxas mínimas fixadas nas referidas alíneas. -----

----- Deste modo, propõe-se que a Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no nº 4, artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe, para vigorarem no ano de 2011, as seguintes taxas: -----

- Prédios urbanos - 0,6%; -----
- Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI - 0,35%." -----

03.08.2010

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta.-----

-----08. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/LANÇAMENTO DE DERRAMA:-----

-----Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Para reforçar a sua capacidade financeira o Município pode lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.-----

-----A deliberação relativa à decisão tomada sobre a matéria deverá ser comunicada por via electrónica, pela Câmara Municipal, à Direcção-Geral dos Impostos até 31 de Dezembro do ano anterior ao da cobrança, sob pena dos serviços competentes do Estado não procederem à liquidação e cobrança da derrama. Nestes termos e considerando o disposto no art.º 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e na alínea f), n.º 2, art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, PROPÕE-SE:-----

-----O lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – IRC, a cobrar em 2011.”-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta.-----

-----09. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ENGENHARIA FLORESTAL, EM REGIME DE CTI:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – engenharia florestal, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede.-----

-----10. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ENGENHARIA GEOGRÁFICA, EM REGIME DE CTI :-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – engenharia geográfica, em regime de contrato de trabalho em funções

03.08.2010

públicas por tempo indeterminado (CTI), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. ---

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede. ---

----- **11. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – GEOGRAFIA, EM REGIME DE CTI:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – geografia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.--

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede. ---

----- **12. ACÇÃO SOCIAL/CASA DO POVO DE ALVARENGA – ISENÇÃO DE TAXAS – REEMBOLSO:-----**

----- Foi presente a carta registada sob o número 5.232, em 21 de Julho findo, da Casa do Povo de Alvarenga, a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas para emissão do alvará de obras de alteração/legalização e para a concessão de autorização de utilização, e, em consequência, o reembolso da correspondente importância de €479,06 (quatrocentos e setenta e nove euros e seis cêntimos) já paga a coberto das guias de receita números 50/1027, 50/1039 e 50/1040. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir os pedidos. -----

----- **13. ACÇÃO SOCIAL/CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL RAINHA SANTA MAFALDA – ISENÇÃO DE TAXAS – REEMBOLSO:-----**

----- Foi presente a carta registada sob o número 1.174/DGU, em 16 de Julho findo, do Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda, a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de utilização e, em consequência, o reembolso da correspondente importância de €147,58 (cento e quarenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos) já paga pelas guias 50/822 e 50/823. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir os pedidos. -----

----- **14. URBANIZAÇÃO/ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO EIXO URBANO ESCARIZ - FERMEDO – ACERTO DOS LIMITES DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO:-----**

----- Pela Divisão de Planeamento foi presente a seguinte proposta:-----

03.08.2010

-----“Na sequência de reunião tida na CCDRN, em 26 de Abril de 2010, para análise da fase de estudo prévio do PU referido em epígrafe, foi-nos solicitado que se conformasse o limite do PU à UOPG definida em PDM. -----

-----Anexa-se informação da equipa projectista em obediência ao solicitado.-----

-----Propõe-se a aprovação da presente proposta, de modo a permitir dar andamento às fases subsequentes dos trabalhos de execução do Plano.” -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

-----15. REDE VIÁRIA/ESTRADA DE LIGAÇÃO ESCARIZ - FERMEDO - TROÇO 2 - PROJECTO DE EXECUÇÃO: -----

-----Foi presente à consideração da Câmara o projecto de execução para a construção da estrada de ligação Escariz a Fervedo, troço dois. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o projecto. -----

-----16. DIVERSOS/ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS STÚDIO 45 – RECLAMAÇÃO: -----

-----Foi presente à consideração da Câmara o processo aberto por força das reclamações recebidas acerca do funcionamento do estabelecimento de bebidas denominado Stúdio 45, sito na Avenida dos Descobrimentos, nesta vila, no lote número três do loteamento licenciado pelo alvará n.º 1/2001, propriedade do senhor Feliciano Francisco de Almeida, acompanhado da informação da DGU a dar conta que aquele proprietário não cumpriu a ordem de cessação da utilização do anexo e dos logradouros frontal e tardoz do edifício, que lhe foi comunicada pelo ofício número 1065, de 9 de Julho findo, facto que constitui crime de desobediência, nos termos do disposto no art.º 348.º do Código do Processo Penal (*ex vi* art.º 100.º, n.º 1, Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro), podendo a Câmara, ao abrigo do disposto no art.º 109.º do referido Decreto-Lei, proceder ao despejo administrativo daquelas instalações. -----

-----Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, proceder ao referido despejo administrativo das referidas instalações. -----

-----17. DIVERSOS/II CONCURSO DE VINHO VERDE DE AROUCA E PROVA DE VINHO DE AROUCA – REGULAMENTO: -----

-----Foi presente à consideração da Câmara o regulamento para o II Concurso de Vinho Verde de Arouca e Prova de Vinho de Arouca, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele regulamento.-

03.08.2010

----- 18. DIVERSOS/ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO CONCELHO DE AROUCA – EXPOSIÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS, AMBIENTE, TURISMO E INOVAÇÃO – APOIO FINANCEIRO: -----

----- Foi presente a carta registada sob o número 5.373, em 27 de Julho findo, da AECA – Associação Empresarial do Concelho de Arouca, a solicitar o apoio financeiro para fazer face a despesas com a realização da Exposição das Actividades Económicas, Ambiente, Turismo e Inovação a levar a efeito no âmbito da Feira das Colheitas, despesas essas acrescidas este ano por força da circunstância de não poder ser utilizado o Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária que se prevê encontrar-se em obras nessa altura. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, apoiar a realização da dita exposição com o valor correspondente ao que for cobrado pela ocupação de terrado aos expositores do ramo automóvel. --- -----

----- 19. DIVERSOS/PROJECTO DE ATRIBUIÇÃO DE TOPONÍMIA NAS FREGUESIAS DE AROUCA: --- -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o projecto de atribuição de toponímia nas freguesias de Arouca, elaborado pela Divisão de Planeamento. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projecto. -----

----- 20. DIVERSOS/ESPECTÁCULO “PEDRO ABRUNHOSA & COMITÉ CAVIAR” – AQUISIÇÃO DE BILHETES:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma proposta da Vereadora senhora Margarida Belém no sentido de ser autorizada a aquisição de dez mil bilhetes com o valor unitário de €3,00 (três euros), distribuídos por cinco séries de dois mil bilhetes cada, identificadas pelas letras A a E, tendo em vista a formalização e contabilização da receita proveniente das entradas no espectáculo “Pedro Abrunhosa & Comité Caviar” a realizar por ocasião da Feira das Colheitas.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar a aquisição daqueles bilhetes. -----

----- 21. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE FERMEDO – AUTO N.º 11:-----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 11, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €21.574,83 (vinte e um mil quinhentos e setenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- 22. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE CHAVE – AUTO N.º 8: -----

03.08.2010

-----Foi presente o auto de medição de trabalhos número 8, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €220.763,29 (duzentos e vinte mil setecentos e sessenta e três euros e vinte e nove cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.-----

-----23. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE ESCARIZ – AUTOS N.º 24, 25, 26, 27, 28 E 29:-----

-----Foram presentes os autos de medição de trabalhos número 24, 25, 26, 27, 28 e 29, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, €3.938,07 (três mil novecentos e trinta e oito euros e sete cêntimos), €8.203,25 (oito mil duzentos e três euros e vinte e cinco cêntimos), €140.971,36 (cento e quarenta mil novecentos e setenta e um euros e trinta e seis cêntimos), €18.854,73 (dezoito mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e setenta e três cêntimos), €20.396,53 (vinte mil trezentos e noventa e seis euros e cinquenta e três cêntimos) e €53.180,24 (cinquenta e três mil cento e oitenta euros e vinte e quatro cêntimos). --

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.-----

-----III — OUTROS ASSUNTOS:-----

-----Nada a registar.-----

-----IV — INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

-----Nada a registar.-----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA:-----

-----Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

-----E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

-----Eram 15 horas e 30 minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi.-----